

Sumário

LÍNGUA PORTUGUESA	29	2.3. ACENTOCIRCUNFLEXO.....	63
Duda Nogueira		2.4. TREMA	63
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	29	2.5. ALFABETO	64
✦ QUESTÕES.....	31	2.6. HÍFEN.....	64
• PARTE I – MORFOLOGIA.....	31	2.6.1. USO DO HÍFEN.....	64
PRONOME	31	2.7. ORTOGRAFIA	64
VERBO	32	2.7.1. Vocábulo muito exigido em concursos.....	64
• PARTE II – SINTAXE	34	3. GRAUS DOS ADJETIVOS	65
ANÁLISE SINTÁTICA	34	3.1. COMPARATIVO:.....	65
PERÍODO COMPOSTO	36	3.2. SUPERLATIVO	65
CONCORDÂNCIA	37	3.2.1. ABSOLUTO:.....	65
REGÊNCIA	39	3.2.2. SUPERLATIVO RELATIVO:.....	65
CRASE.....	39	4. PRONOME	65
PONTUAÇÃO.....	40	4.1. PESSOAL	65
• PARTE III – COESÃO E COERÊNCIA – REESCRITURA DE FRASES	44	4.2. DEMONSTRATIVO.....	65
COESÃO E COERÊNCIA – REESCRITURA DE FRASES ...	44	4.3. RELATIVO.....	65
• PARTE IV – INTERPRETAÇÃO DE TEXTO.....	52	5. VERBO.....	65
INTERPRETAÇÃO DE TEXTO.....	52	5.1. MODOS.....	65
• PARTE V – REDAÇÃO OFICIAL	58	5.2. TEMPOS.....	65
REDAÇÃO OFICIAL.....	58	5.2.1. PRESENTE.....	65
		5.2.2. FUTURO.....	65
		5.2.3. PRETÉRITO	65
		5.3. VOZES VERBAIS.....	66
✦ DICAS.....	61	5.3.1. VOZ ATIVA:	66
1. ACENTUAÇÃO.....	61	5.3.2. VOZ PASSIVA:	66
1.1. REGRAS DE ACENTUAÇÃO GRÁFICA....	61	5.3.2.1 PASSIVA ANALÍ- TICA:	66
1.2. PROPAROXÍTONAS.....	61	5.3.2.2 PASSIVA SINTÉTICA:..	66
1.3. PAROXÍTONAS.....	61	5.3.3. VOZ REFLEXIVA:	66
1.3.1. OBSERVAÇÕES.....	61	6. ANÁLISE SINTÁTICA	66
1.4. OXÍTONAS	61	6.1. FRASE, ORAÇÃO E PERÍODO	66
1.5. MONOSSÍLABOS.....	61	6.2. SUJEITO	66
1.5.1. MONOSSÍLABOS TÔNICOS	61	6.3. PREDICAÇÃO VERBAL	66
1.5.2. MONOSSÍLABOS ÁTONOS.....	62	6.4. PREDICATIVO: QUALIFICA O SUJEITO OU O OBJETO.....	67
1.5.3. OBSERVAÇÕES.....	62	6.5. PREDICADO.....	67
1.6. REGRAS ESPECIAIS	62	6.6. COMPLEMENTOS VERBAIS.....	67
2. REFORMA ORTOGRÁFICA	63		
2.1. ACENTO AGUDO	63		
2.2. ACENTO DIFERENCIAL	63		

6.7.	AGENTE DA PASSIVA	67	DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	83
6.8.	COMPLEMENTO NOMINAL.....	67	Paulo Henrique Boldrin	
6.9.	ADJUNTO ADVERBIAL.....	67	TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	83
6.10.	APOSTO:.....	67	1. INCLUSÃO, DIREITOS E GARANTIAS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	85
6.11.	VOCATIVO:.....	67	1.1. ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	85
7.	PERÍODO COMPOSTO	67	1.2. RECONHECIMENTO IGUAL PERANTE A LEI E CURATELA	86
7.1.	COORDENAÇÃO: SÃO ORAÇÕES INDEPENDENTES SINTATICAMENTE.....	67	1.3. TOMADA DE DECISÃO APOIADA	88
7.2.	SUBORDINAÇÃO	67	1.4. DIREITO DE SER ACOMPANHADO DE CÃO-GUIA.....	89
8.	CONCORDÂNCIA VERBAL:.....	68	2. NORMAS GERAIS E CRITÉRIOS BÁSICOS PARA A PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU COM MOBILIDADE REDUZIDA	89
9.	CONCORDÂNCIA NOMINAL:	68	3. PRIORIDADE DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	90
10.	REGÊNCIA VERBAL.....	68	4. DIREITOS NO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO.....	91
11.	REGÊNCIA NOMINAL:.....	68	5. SÍMBOLO DE IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA.....	92
12.	CRASE.....	68	6. NORMAS DE APOIO ÀS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA E SUA INTEGRAÇÃO SOCIAL.....	92
13.	PONTUAÇÃO	69	6.1. TUTELA JUDICIAL DOS INTERESSES DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	93
14.	COLOCAÇÃO PRONOMINAL	70	6.2. POLÍTICA NACIONAL PARA A INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA.....	95
15.	COESÃO E COERÊNCIA – REESCRITURA DE FRASES.....	70	1. DICAS	98
15.1.	COESÃO REFERENCIAL	70	2. INCLUSÃO, DIREITOS E GARANTIAS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	98
15.2.	COESÃO SEQUENCIAL.....	71	2.1. PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	99
15.3.	PARÁFRASE.....	71	2.2. CONCEITOS DO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	100
15.4.	PERÍFRASE.....	72	2.3. DIREITO À IGUALDADE E À NÃO DISCRIMINAÇÃO	102
15.5.	TIPOS DE INCOERÊNCIA.....	72	2.4. DIREITO À VIDA.....	104
16.	INTERPRETAÇÃO DE TEXTO.....	72	2.5. DIREITO À HABILITAÇÃO E À REABILITAÇÃO.....	106
16.1.	TIPOLOGIA TEXTUAL.....	73	2.6. DIREITO À SAÚDE.....	107
16.2.	GÊNEROS TEXTUAIS	74	2.7. DIREITO À EDUCAÇÃO.....	109
16.3.	ARGUMENTAÇÃO.....	74	2.8. DIREITO À MORADIA	111
16.3.1.	ARGUMENTAÇÃO POR CITAÇÃO.....	74	2.9. DIREITO AO TRABALHO	112
16.3.2.	ARGUMENTAÇÃO POR COMPROVAÇÃO.....	75	2.9.1. HABILITAÇÃO E REABILITAÇÃO PROFISSIONAL.....	112
16.3.3.	ARGUMENTAÇÃO POR RACIOCÍNIO LÓGICO.....	75	2.9.2. INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO TRABALHO .	113
16.4.	PRESSUPOSTOS E SUBENTENDIDOS ...	75		
16.4.1.	PRESSUPOSTOS	75		
16.4.2.	SUBENTENDIDOS.....	76		
16.5.	NÍVEIS DE LINGUAGEM.....	76		
16.6.	DISCURSO DIRETO E INDIRETO	77		
17.	REDAÇÃO OFICIAL.....	77		
17.1.	DICAS MAIS PEDIDAS.....	78		
17.1.1.	O QUE É REDAÇÃO OFICIAL ...	78		
17.1.2.	A IMPESSOALIDADE.....	78		
17.1.3.	A LINGUAGEM DOS ATOS E COMUNICAÇÕES OFICIAIS.....	79		
17.1.4.	FORMALIDADE E PADRONIZAÇÃO.....	80		
17.1.5.	CONCISÃO E CLAREZA	80		

2.10.	DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	115	7.	NORMAS DE APOIO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SUA INTEGRAÇÃO SOCIAL.....	138
2.11.	DIREITO À PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	116	7.1.	APOIO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	138
2.12.	DIREITO À CULTURA, AO ESPORTE, AO TURISMO E AO LAZER.....	116	7.2.	AÇÃO CIVIL PÚBLICA.....	140
2.13.	DIREITO DE INGRESSAR E PERMANECER EM AMBIENTES DE USO COLETIVO ACOMPANHADO DE CÃO-GUIA..	117	7.3.	CRIMES.....	140
2.14.	CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	117	7.4.	POLÍTICA NACIONAL PARA INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA (DECRETO Nº 3.298/1999).....	141
2.15.	ACESSO À JUSTIÇA.....	118		✦ SÚMULAS.....	143
2.16.	RECONHECIMENTO IGUAL PERANTE A LEI.....	119		STJ.....	143
2.17.	CRIMES.....	120		✦ INFORMATIVO APLICÁVEL.....	143
2.18.	SERVIDORES COM DEFICIÊNCIA (RESOLUÇÃO CNJ Nº 230/2016).....	121		REGIMENTO INTERNO DO TST.....	145
2.18.1.	INCLUSÃO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO.....	122		<i>Danilo da Cunha Sousa</i>	
2.18.2.	HORÁRIO ESPECIAL DE TRABALHO.....	122		TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	145
2.18.3.	SERVIDORES QUE TENHAM CÔNJUGE, FILHO OU DEPENDENTE COM DEFICIÊNCIA.....	123		✦ QUESTÕES.....	147
2.18.4.	ADVERTÊNCIA.....	123		✦ DICAS.....	154
2.19.	REFLEXOS DO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO DIREITO CIVIL...	124	1.	DO TRIBUNAL.....	154
2.20.	DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS DO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	126	2.	DA DIREÇÃO DO TST.....	154
3.	PRIORIDADE DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	127	3.	DA ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIA.....	155
4.	DIREITOS NO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO.....	128	4.	DOS PROCESSOS E DA JURISPRUDÊNCIA.....	156
4.1.	PASSE LIVRE NO TRANSPORTE COLETIVO INTERESTADUAL (LEI Nº 8.899/1994 E DECRETO Nº 3.691/2000)	130	5.	DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS.....	158
5.	SÍMBOLO DE IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA.....	130		✦ JURISPRUDÊNCIA.....	158
6.	NORMAS GERAIS E CRITÉRIOS BÁSICOS PARA A PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU COM MOBILIDADE REDUZIDA.....	130		DIREITO CONSTITUCIONAL.....	159
6.1.	PRINCÍPIO DO DESENHO UNIVERSAL..	131		<i>Paulo Lépore</i>	
6.2.	PREMISSAS BÁSICAS DE ACESSIBILIDADE.....	132		TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	159
6.3.	ACESSIBILIDADE EM EDIFICAÇÕES, VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS.....	132		✦ QUESTÕES.....	161
6.4.	ACESSO À INFORMAÇÃO E À COMUNICAÇÃO.....	134	1.	DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS.....	161
6.5.	TECNOLOGIA ASSISTIVA.....	135	1.1.	DIREITOS SOCIAIS.....	161
6.6.	PARTICIPAÇÃO NA VIDA PÚBLICA E POLÍTICA.....	136	1.2.	DIREITOS DA NACIONALIDADE.....	161
6.7.	ACESSIBILIDADE NO PODER JUDICIÁRIO (RESOLUÇÃO CNJ 230/2016).....	137	1.3.	DIREITOS POLÍTICOS E SISTEMAS ELEITORAIS.....	162
			2.	PODER JUDICIÁRIO.....	162
			3.	FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA.....	166
			4.	CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	166
				✦ DICAS.....	168
			1.	DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS.....	168
			1.1.	DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS, COLETIVOS.....	168

1.2.	AÇÕES OU REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS. TUTELA CONSTITUCIONAL DAS LIBERDADES: MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS, HABEAS DATA, AÇÃO POPULAR, MANDADO DE INJUNÇÃO E DIREITO DE PETIÇÃO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA.....	169	2.1.	DA UNIÃO.....	187
1.3.	DIREITOS SOCIAIS.....	169	2.2.	DOS ESTADOS FEDERADOS	187
1.4.	DIREITOS DA NACIONALIDADE	171	2.3.	DOS MUNICÍPIOS.....	188
1.5.	DIREITOS POLÍTICOS E SISTEMAS ELEITORAIS.....	172	3.	DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES.....	188
2.	ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	172	3.1.	DO PODER LEGISLATIVO.....	188
2.1.	ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA.....	172	3.1.1.	DO CONGRESSO NACIONAL ..	188
2.2.	ENTES FEDERADOS E DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIAS.....	173	3.1.2.	DO PROCESSO LEGISLATIVO (INICIATIVA).....	189
2.3.	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	173	3.2.	DO PODER EXECUTIVO.....	189
2.4.	SEPARAÇÃO DOS PODERES.....	175	3.3.	DO PODER JUDICIÁRIO	190
2.4.1.	PODER LEGISLATIVO	175	3.3.1.	DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	190
2.4.1.1.	PROCESSO LEGISLATIVO	175	3.3.2.	DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.....	190
2.4.2.	PODER EXECUTIVO	177	3.4.	DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA	191
2.4.3.	PODER JUDICIÁRIO E FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA.	178	3.4.1.	DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	191
2.4.3.1.	CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.....	179	3.4.2.	DA DEFENSORIA PÚBLICA	191
2.4.3.2.	SÚMULA VINCULANTE	179	4.	DA ORDEM SOCIAL.....	192
3.	CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE. SISTEMAS DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL.....	180	4.1.	DA SEGURIDADE SOCIAL.....	192
4.	DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA: PRINCÍPIOS GERAIS DA ATIVIDADE ECONÔMICA. SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.....	184	4.2.	DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO	192
✦	SÚMULAS APLICÁVEIS	185	STJ.....		192
1.	DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	185	1.	DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS....	192
2.	ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	185	1.1.	DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS.....	192
3.	CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	186	2.	DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES.....	193
4.	ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA E ORDEM SOCIAL.....	186	2.1.	DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA	193
✦	INFORMATIVOS APLICÁVEIS	186	2.1.1.	DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	193
STF.....		186	DIREITO ADMINISTRATIVO	195	
1.	DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS....	186	<i>Leandro Bortoleto e Luís Felipe Cirino</i>		
1.1.	DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS	186	TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	195	
1.2.	DOS DIREITOS SOCIAIS	187	✦	QUESTÕES.....	197
1.3.	DA NACIONALIDADE.....	187	1.	REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO.....	197
2.	DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO.....	187	2.	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E TERCEIRO SETOR .	197
			3.	AGENTES PÚBLICOS: DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS.....	198
			4.	REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS FEDERAIS: LEI Nº 8.112/90.....	199
			5.	PODERES ADMINISTRATIVOS	201
			6.	ATO ADMINISTRATIVO.....	202
			7.	PROCESSO ADMINISTRATIVO FEDERAL: LEI Nº 9.784/99.....	203
			8.	LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO.....	203
			9.	SERVIÇOS PÚBLICOS.....	204
			10.	RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO	205
			11.	IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: LEI Nº 8.429/92	205

✦ DICAS.....	207	1. AGENTES PÚBLICOS.....	248
1. CONCEITO E FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO	207	1.1. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	248
2. REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	207	1.2. CONCURSO PÚBLICO	248
3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E TERCEIRO SETOR .	208	1.3. REGRAS REMUNERATÓRIAS	250
4. AGENTES PÚBLICOS: DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS.....	211	2. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE ...	250
5. REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS	215	2.1. DESAPROPRIAÇÃO.....	250
5.1. LEI Nº 8.112/90	215	3. LICITAÇÕES	250
6. LEI Nº 11.416/06: CARREIRAS DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO.....	222	4. PRESCRIÇÃO ADMINISTRATIVA	250
7. PODERES ADMINISTRATIVOS.....	223	5. PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	251
8. ATO ADMINISTRATIVO.....	224	5.1. PROCESSO ADMINISTRATIVO (DISPOSIÇÕES GERAIS)	251
9. PROCESSO ADMINISTRATIVO	226	5.2. PROCESSO ADMINISTRATIVO (DISCIPLINAR)	251
9.1. LEI Nº 9.784/99.....	226	6. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	251
10. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO.....	228	STJ.....	251
11. SERVIÇOS PÚBLICOS.....	235	1. AGENTES PÚBLICOS.....	251
12. BENS PÚBLICOS	237	1.1. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	251
13. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE PRIVADA.....	238	1.2. CONCURSO PÚBLICO	252
14. RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO	240	2. BENS PÚBLICOS	252
15. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	241	3. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	252
16. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: LEI Nº 8.429/92	242	4. PODERES ADMINISTRATIVOS	253
✦ SÚMULAS APLICÁVEIS	244	5. PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	253
1. PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	244	5.1. PROCESSO ADMINISTRATIVO (DISPOSIÇÕES GERAIS)	253
1.1. SÚMULA DO STF	244	6. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	253
2. AGENTES PÚBLICOS.....	244	7. SERVIÇOS PÚBLICOS.....	254
2.1. SERVIDOR PÚBLICO	244	7.1. CONCESSÃO, PERMISSÃO E AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	254
2.1.1. CONCURSO PÚBLICO	244	8. OUTROS TEMAS.....	254
2.1.2. DEMISSÃO.....	245	DIREITO CIVIL	257
2.1.3. DISPONIBILIDADE.....	245	<i>Danilo da Cunha Sousa</i>	
2.1.4. REMUNERAÇÃO.....	245	TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES	257
2.1.5. TEMPO DE SERVIÇO	246	✦ QUESTÕES.....	259
2.1.6. VITALICIEDADE	246	1. LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DE DIREITO BRASILEIRO (LINDB).....	259
2.1.7. NOMEAÇÃO PARA CARGO EM COMISSÃO (NEPOTISMO)	246	2. PARTE GERAL	260
3. PODERES ADMINISTRATIVOS.....	246	2.1. DAS PESSOAS	260
3.1. PODER DE POLÍCIA.....	246	2.2. DOS FATOS JURÍDICOS	261
4. ATO ADMINISTRATIVO.....	246	✦ DICAS.....	264
5. PROCESSO ADMINISTRATIVO	247	1. LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO (LINDB).....	264
6. BENS PÚBLICOS	247	• PARTE GERAL DO CÓDIGO CIVIL.....	266
7. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE PRIVADA.....	247	2. PESSOAS NATURAIS.	266
7.1. DESAPROPRIAÇÃO.....	247	2.1. CONCEITO.	266
✦ INFORMATIVOS APLICÁVEIS	248	2.2. INÍCIO DA PESSOA NATURAL.	266
STF.....	248	2.3. PERSONALIDADE.	266

2.4.	CAPACIDADE.	267	✦ SÚMULAS APLICÁVEIS	286
2.5.	DIREITOS DA PERSONALIDADE.	268	1. PRESCRIÇÃO	286
2.6.	AUSÊNCIA.....	268	2. PESSOA NATURAL – DIREITOS DA PERSONALIDADE.....	286
3.	PESSOA JURÍDICA.....	269	3. DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO.....	286
3.1.	DISPOSIÇÕES GERAIS.	269	4. RESPONSABILIDADE CIVIL	286
3.2.	CONCEITO E ELEMENTOS CARACTERIZADORES.....	269	✦ INFORMATIVOS APLICÁVEIS	287
3.3.	CONSTITUIÇÃO.	269	STJ.....	287
3.4.	EXTINÇÃO.	269	1. DOS FATOS JURÍDICOS	287
3.5.	CAPACIDADE E DIREITOS DA PERSONALIDADE.	270	1.1. DO NEGÓCIO JURÍDICO	287
3.6.	DOMICÍLIO.	270	1.1.2. DOS DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO.....	287
3.7.	SOCIEDADES DE FATO.	270	1.2. DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA ...	287
3.8.	ASSOCIAÇÕES.....	270	2. DO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES.....	288
3.9.	GRUPOS DESPERSONALIZADOS.	271	2.1. DO INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES.....	288
3.10.	DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	271	2.2. DAS VÁRIAS ESPÉCIES DE CONTRATO.	288
3.11.	RESPONSABILIDADE DA PESSOA JURÍDICA E DOS SÓCIOS.	271	2.1.1. DA COMPRA E VENDA.....	288
4.	BENS.....	272	2.1.2. DA DOAÇÃO.....	288
4.1.	DIFERENTES CLASSES.	272	2.1.3. DO SEGURO.....	288
5.	FATO JURÍDICO.	273	2.2. DA RESPONSABILIDADE CIVIL.....	289
6.	NEGÓCIO JURÍDICO.	274	2.2.1. DA RESPONSABILIDADE CIVIL (GERAL).....	289
6.1.	DO NEGÓCIO JURÍDICO: REPRESENTAÇÃO, CONDIÇÃO, DO TERMO E DO ENCARGO.	274	2.2.2. DA RESPONSABILIDADE CIVIL (DANOS MORAIS).....	290
6.2.	DOS DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO: DO ERRO OU IGNORÂNCIA, DO DOLO, DA COAÇÃO, DO ESTADO DE PERIGO, DA LESÃO E DA FRAUDE CONTRA CREDORES.....	274	3. DO DIREITO DAS COISAS.....	290
6.3.	DA INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO: DOS ATOS JURÍDICOS LÍCITOS E ATOS ILÍCITOS, DA PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....	275	3.1. DA PROPRIEDADE.....	290
•	PARTE ESPECIAL DO CÓDIGO CIVIL	277	3.1.1. DA PROPRIEDADE EM GERAL	290
7.	OBRIGAÇÕES. CONCEITO E ELEMENTOS ESSENCIAIS. MODALIDADES. TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES.....	277	3.1.2. DA AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE	290
7.1.	OBRIGAÇÕES DE DAR COISA CERTA, DAR COISA INCERTA, DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER, DAS OBRIGAÇÕES DE NÃO FAZER E DAS OBRIGAÇÕES ALTERNATIVAS.....	278	3.1.3. DOS DIREITOS DE VIZINHANÇA	291
7.2.	DO ADIMPLEMENTO E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES.	279	3.1.4. DO CONDOMÍNIO GERAL.....	291
8.	DOS CONTRATOS: PRINCÍPIOS, CLASSIFICAÇÃO. DOS CONTRATOS EM GERAL.	280	3.1.5. DO CONDOMÍNIO EDILÍCIO...	291
8.1.	DAS VÁRIAS ESPÉCIES DE CONTRATO: DA COMPRA E VENDA; DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO; DO MANDATO; DA TRANSAÇÃO. EMPREITADA	281	4. DO DIREITO DE FAMÍLIA	291
9.	DA RESPONSABILIDADE CIVIL.....	283	4.1. DO DIREITO PESSOAL	291
10.	DO PENHOR, DA HIPOTECA E DA ANTICRESE.....	285	4.1.1. DAS RELAÇÕES DE PARENTESCO	291
			4.2. DO DIREITO PATRIMONIAL.....	292
			4.2.1. DO REGIME DE BENS ENTRE OS CÔNJUGES	292
			4.2.3. DOS ALIMENTOS	292
			4.2.4. DO BEM DE FAMÍLIA	293
			4.3. DA UNIÃO ESTÁVEL.....	293
			5. DO DIREITO DAS SUCESSÕES	293
			5.1. DA SUCESSÃO EM GERAL	293
			5.2. DA SUCESSÃO LEGÍTIMA	293
			5.3. DO INVENTÁRIO E DA PARTILHA.....	294

DIREITO PROCESSUAL CIVIL	295	2.3. NORMAS FUNDAMENTAIS CONTIDAS NO NOVO CPC.....	309
Luciano Alves Rossato		3. FONTES.....	309
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	295	4. LEI PROCESSUAL CIVIL.....	310
✦ QUESTÕES.....	297	4.1. EFICÁCIA E APLICAÇÃO.....	310
1. JURISDIÇÃO	297	4.2. DIREITO PROCESSUAL INTERTEMPORAL. CRITÉRIOS.....	310
2. LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL	297	5. JURISDIÇÃO.....	310
3. COMPETÊNCIA	298	5.1. CONCEITO	310
3.1. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO	298	5.2. CARACTERÍSTICAS.....	311
3.2. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL	298	5.3. NATUREZA JURÍDICA	311
3.3. COMPETÊNCIA TERRITORIAL.....	299	5.4. PRINCÍPIOS	311
3.4. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA	300	5.5. LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL....	311
4. FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO	300	6. COMPETÊNCIA	312
5. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS	300	6.1. CRITÉRIOS DETERMINADORES	312
6. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL	301	6.1.1. COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA MATÉRIA.....	312
7. ATOS PROCESSUAIS	303	6.1.2. COMPETÊNCIA EM RAZÃO DO VALOR E DO TERRITÓRIO.	312
8. PETIÇÃO INICIAL	303	6.1.3. COMPETÊNCIA FUNCIONAL... ..	312
9. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	304	6.1.4. COMPETÊNCIA TERRITORIAL.	312
10. EMBARGOS À EXECUÇÃO	304	6.1.5. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL	313
11. RECURSOS.....	305	6.1.6. COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES	314
✦ DICAS SOBRE O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	308	6.2. COMPETÊNCIA ABSOLUTA E RELATIVA.....	314
1. NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – LEI FEDERAL Nº 13.105/2015 E ALTERAÇÕES E LEGISLAÇÕES ESPECIAIS.....	308	6.3. MODIFICAÇÕES DA COMPETÊNCIA.....	314
2. PRINCÍPIOS GERAIS DO PROCESSO CIVIL.....	308	6.4. MEIOS DE DECLARAÇÃO DE INCOMPETÊNCIA.....	315
2.1. AS NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL.....	308	6.5. CONFLITOS DE COMPETÊNCIA E DE ATRIBUIÇÕES	315
2.2. PRINCÍPIOS EXPRESSOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	308	7. DIREITO DE AÇÃO	316
2.2.1. PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL.....	308	7.1. O DIREITO DE AÇÃO OU DIREITO À JURISDIÇÃO.....	316
2.2.2. PRINCÍPIO DA ISONOMIA.....	308	7.2. ELEMENTOS.....	316
2.2.3. PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL	308	7.3. CONDIÇÕES DA AÇÃO	316
2.2.4. PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE DO CONTROLE JURISDICIONAL	309	7.4. CLASSIFICAÇÃO E CRITÉRIOS IDENTIFICADORES.....	317
2.2.5. PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO.....	309	7.5. CONCURSO E CUMULAÇÃO DE AÇÕES.....	317
2.2.6. PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DA PROVA ILÍCITA	309	8. CONEXÃO E CONTINÊNCIA.....	317
2.2.7. PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS.....	309	9. PROCESSO.....	317
2.2.8. PRINCÍPIO DA MOTIVAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS.....	309	9.1. NOÇÕES GERAIS.....	317
2.2.9. PRINCÍPIO DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO.....	309	9.2. RELAÇÃO JURÍDICA PROCESSUAL	318
		9.3. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS.....	318
		9.4. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS DE DESENVOLVIMENTO (OU DE VALIDADE).....	318
		9.5. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS NEGATIVOS.....	318

10. PROCESSO E PROCEDIMENTO.....	318	14.4.3. CABIMENTO DA DENUNCI- ÇÃO DA LIDE.....	326
10.1. O PROCESSO SINCRÉTICO.....	318	14.4.4. CUMPRIMENTO DA OBRI- GAÇÃO DE PAGAR EXIGIDO DIRETAMENTE PELO AUTOR EM FACE DO DENUNCIADO....	326
10.2. DO PROCEDIMENTO.....	319	14.4.5. VEDAÇÃO DA DENUNCI- ÇÃO DA LIDE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR LIGADA À INDENIZAÇÃO POR FATO DO PRODUTO.....	327
10.3. DO PROCEDIMENTO COMUM	319	14.5. DO CHAMAMENTO AO PROCESSO	327
10.4. ESPÉCIES DE PROCESSOS E DE PROCE- DIMENTOS	319	14.5.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS E NATUREZA JURÍDICA.....	327
10.5. OBJETO DO PROCESSO	319	14.5.2. DA ADMISSIBILIDADE DO CHAMAMENTO AO PRO- CESSO	327
11. MÉRITO. QUESTÃO PRINCIPAL, QUESTÕES PRELIMINARES E PREJUDICIAIS	320	14.5.3. DA SENTENÇA DE PROCE- DÊNCIA.....	327
12. SUJEITOS PROCESSUAIS.....	320	14.5.4. CHAMAMENTO AO PRO- CESSO E O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR....	328
12.1. OBSERVAÇÕES PRELIMINARES.....	320	14.6. DO INCIDENTE DE DESCONSIDERA- ÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA ...	328
12.2. JUIZ	320	14.6.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	328
12.3. MEDIADORES E CONCILIADORES.....	320	14.6.2. A DESCONSIDERAÇÃO REQUERIDA NA PRÓPRIA INI- CIAL.....	328
12.4. PRINCÍPIOS. PODERES. DEVERES. RES- PONSABILIDADES DO JUIZ.....	320	14.6.3. LEGITIMIDADE PARA REQUE- RER A INSTAURAÇÃO DO INCIDENTE	328
12.5. IMPEDIMENTOS E SUSPEIÇÃO.....	320	14.6.4. ADMISSIBILIDADE DO INCI- DENTE.....	328
12.6. ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA FEDERAL E ESTADUAL.....	321	14.6.5. PROCEDIMENTO.....	328
12.7. PARTES E PROCURADORES	321	14.7. INTERVENÇÃO DO AMICUS CURIAE	328
12.8. CAPACIDADE PROCESSUAL E LEGITI- MAÇÃO.....	321	14.7.1. QUEM É O AMICUS CURIAE? ..	328
12.9. REGULARIZAÇÃO DO VÍCIO	321	14.7.2. LIMITAÇÃO À LEGITIMA- ÇÃO RECURSAL DO AMICUS CURIAE.....	328
12.10. CURATELA ESPECIAL	322	15. ADVOGADO, MINISTÉRIO PÚBLICO E ADVO- CACIA PÚBLICA. PRERROGATIVAS DA FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO.....	329
12.11. REPRESENTAÇÃO DE PESSOAS JURÍ- DICAS E DE ENTES DESPERSONALIZA- DOS	322	15.1. ADVOGADO.....	329
12.12. REPRESENTAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL.....	322	15.2. DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	329
13. LITISCONSÓRCIO.....	322	15.3. ADVOCACIA PÚBLICA.....	329
13.1. CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO.....	322	15.4. PRERROGATIVAS DA FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO.....	329
13.2. LITISCONSÓRCIO EVENTUAL, ALTER- NATIVO E SUCESSIVO	323	15.4.1. O PRINCÍPIO CONSTITUCIO- NAL DA ISONOMIA E O INTE- RESSE PÚBLICO.....	329
14. DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.....	323	15.4.2. A CITAÇÃO DO ESTADO PARA COMPOR A RELAÇÃO PRO- CESSUAL	330
14.1. NOÇÕES GERAIS.....	323		
14.2. CLASSIFICAÇÃO: INTERVENÇÃO VOLUNTÁRIA E PROVOCADA.....	324		
14.3. DA ASSISTÊNCIA.....	324		
14.3.1. APONTAMENTOS GERAIS.....	324		
14.3.2. MODALIDADES DE ASSIS- TÊNCIA.....	325		
14.3.3. PROCEDIMENTO DE INGRESSO DO ASSISTENTE....	325		
14.3.4. REQUERIMENTO DE ASSIS- TÊNCIA FORMULADO PELA UNIÃO	325		
14.4. DA DENUNCIÇÃO DA LIDE... ..	325		
14.4.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	325		
14.4.2. A PROVOCÇÃO DA DENUNCIÇÃO DA LIDE.....	325		

15.4.3.	PRAZOS DIFERENCIADOS PARA A PRÁTICA DE ATOS PROCESSUAIS	330	17.7.	PRAZOS E PRECLUSÃO	342
15.4.4.	DO NÃO ADIANTAMENTO DE DESPESAS PROCESSUAIS E DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	330	17.8.	PRESCRIÇÃO.....	342
15.4.5.	DA REMESSA NECESSÁRIA.....	331	17.9.	INÉRCIA PROCESSUAL: CONTUMÁCIA E REVELIA	342
16.	FATOS E ATOS PROCESSUAIS	331	17.9.1.	CONTUMÁCIA.....	342
16.1.	CONCEITO DE ATOS PROCESSUAIS.....	331	17.9.2.	DA REVELIA.....	342
16.2.	FORMA.....	331	17.10.	DA FORMAÇÃO, DA SUSPENSÃO E DA EXTINÇÃO DO PROCESSO.....	343
16.3.	DO TEMPO DOS ATOS PROCESSUAIS...	331	17.10.1.	DA FORMAÇÃO DO PROCESSO	343
16.4.	LUGAR.....	332	17.10.2.	DA SUSPENSÃO DO PROCESSO	343
16.5.	DOS PRAZOS PROCESSUAIS.....	332	17.10.3.	DA EXTINÇÃO DO PROCESSO	344
16.6.	DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS.....	333	17.11.	CONTESTAÇÃO. RECONVENÇÃO.....	344
16.7.	DAS NULIDADES.....	334	17.12.	DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	344
17.	PROCEDIMENTO COMUM	334	17.13.	JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO.....	344
17.1.	ASPECTOS GERAIS.....	334	17.14.	DAS PROVAS.....	345
17.2.	FASES.....	334	17.14.1.	APONTAMENTOS GERAIS.....	345
17.3.	DA PETIÇÃO INICIAL	334	17.14.2.	DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA.....	346
17.3.1.	INSTRUMENTO DA DEMANDA.....	334	17.14.3.	FATOS QUE INDEPENDEM DE PROVA.....	346
17.3.2.	REQUISITOS DA PETIÇÃO INICIAL.....	334	17.14.4.	DEPOIMENTO PESSOAL	346
17.3.3.	DO PEDIDO	335	17.14.5.	CONFISSÃO.....	346
17.3.4.	ALTERAÇÃO DO PEDIDO OU DA CAUSA DE PEDIR.....	337	17.14.6.	PROVA DOCUMENTAL	346
17.3.5.	INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL	337	17.14.7.	EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS OU COISAS	347
17.3.6.	DA IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO.....	337	17.14.8.	PROVA TESTEMUNHAL.....	347
17.4.	RESPOSTA DO RÉU	338	17.14.9.	PROVA PERICIAL.....	347
17.4.1.	PRINCÍPIOS QUE REGEM A CONTESTAÇÃO	338	17.14.10.	INSPEÇÃO JUDICIAL	348
17.4.2.	DA FORMA E DO PRAZO DA CONTESTAÇÃO	339	17.14.11.	EXAME E VALORAÇÃO DA PROVA.....	348
17.4.3.	CONTEÚDO DA RESPOSTA.....	339	17.14.12.	PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS	348
17.5.	DA RECONVENÇÃO	341	17.15.	AUDIÊNCIAS.....	348
17.5.1.	CONCEITO	341	17.15.1.	DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO.....	348
17.5.2.	MOMENTO PARA O EXERCÍCIO.....	341	17.16.	DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	348
17.5.3.	PARTES NA RECONVENÇÃO...	341	18.	DA TUTELA PROVISÓRIA: TUTELAS DE URGÊNCIA E DE EVIDÊNCIA.....	349
17.5.4.	FORMAÇÃO DO CONTRADITÓRIO NA RECONVENÇÃO	341	18.1.	FUNGIBILIDADE.....	349
17.5.5.	A DECISÃO DA RECONVENÇÃO.....	342	18.2.	PRINCÍPIOS GERAIS.....	349
17.5.6.	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA RECONVENÇÃO.....	342	18.3.	DA TUTELA DE URGÊNCIA	349
17.5.7.	RECONVENÇÃO À RECONVENÇÃO	342	18.3.1.	REQUISITOS COMUNS PARA A TUTELA DE URGÊNCIA.....	349
17.6.	IMPULSO PROCESSUAL.....	342	18.3.2.	PRÉVIA GARANTIA PARA A TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA DE CARÁTER ANTECEDENTE	350

18.3.3.	COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS DA TUTELA DE URGÊNCIA.....	350	24.4.	AJUIZAMENTO DA AÇÃO PERANTE TRIBUNAL INCOMPETENTE.....	360
18.3.4.	CONDIÇÃO PARA O DEFERIMENTO DA TUTELA PROVISÓRIA.....	350	24.5.	REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE DA AÇÃO RESCISÓRIA.....	360
18.3.5.	FUNDAMENTOS, REQUISITOS E CONDIÇÃO PARA O DEFERIMENTO DA TUTELA DE URGÊNCIA.....	350	24.6.	HIPÓTESES INDICADAS NO ART. 966 CPC.....	361
18.3.6.	A TUTELA ANTECIPADA REQUERIDA DE FORMA ANTECEDENTE.....	350	24.7.	LEGITIMIDADE PARA A PROPOSITURA DA AÇÃO RESCISÓRIA.....	362
18.3.7.	DA ESTABILIZAÇÃO DA MEDIDA.....	351	24.8.	POLO PASSIVO.....	362
18.3.8.	AÇÃO PARA REVER, REFORMAR OU INVALIDAR A TUTELA ANTECIPADA ESTABILIZADA.....	352	24.9.	NÃO IMPEDIMENTO À EXECUÇÃO.....	362
18.3.9.	DECISÕES QUE NÃO PODEM SER ESTABILIZADAS (FAMÍLIA, PARCIAIS ETC.).....	352	24.10.	INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL.....	362
18.4.	DA TUTELA CAUTELAR.....	352	24.11.	IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO.....	362
18.4.1.	MEDIDAS CAUTELARES TÍPICAS E ATÍPICAS.....	352	24.12.	RESPOSTA DO RÉU.....	362
18.4.2.	TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE.....	352	24.13.	PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.....	362
18.5.	TUTELA DA EVIDÊNCIA.....	353	25.	RECURSOS.....	362
18.5.1.	DIFERENCIAÇÃO PARA COM A TUTELA DE URGÊNCIA.....	353	25.1.	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	362
18.5.2.	HIPÓTESES LEGAIS DE TUTELA DA EVIDÊNCIA.....	353	25.3.	EFEITOS DOS RECURSOS.....	364
18.6.	PROTESTO, NOTIFICAÇÃO E INTERPELAÇÃO. ARRESTO. SEQUESTRO. CAUÇÃO. BUSCA E APREENSÃO. EXIBIÇÃO. JUSTIFICAÇÃO.....	353	26.	APELAÇÃO.....	364
19.	SENTENÇA.....	354	26.1.	CABIMENTO.....	364
19.1.	CONCEITO.....	354	26.2.	FORMA.....	365
19.2.	CLASSIFICAÇÕES.....	355	26.3.	EFEITO.....	365
19.3.	REQUISITOS.....	356	26.4.	JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE.....	365
19.4.	EFEITOS.....	356	26.5.	JUÍZO DE RETRATAÇÃO.....	365
19.5.	PUBLICAÇÃO, INTIMAÇÃO, CORREÇÃO E INTEGRAÇÃO DA SENTENÇA.....	356	27.	AGRAVOS (AGRAVO DE INSTRUMENTO E AGRAVO INTERNO).....	365
20.	DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA.....	356	27.1.	AGRAVO DE INSTRUMENTO.....	365
21.	COISA JULGADA.....	357	27.2.	AGRAVO INTERNO.....	365
21.1.	CONCEITO E ESPÉCIES.....	357	28.	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	365
21.2.	EFEITOS DA COISA JULGADA.....	357	29.	EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....	366
22.	REMESSA NECESSÁRIA.....	358	30.	RECURSOS ORDINÁRIO, ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO.....	366
23.	MEIOS DE IMPUGNAÇÃO À SENTENÇA.....	358	30.1.	RECURSO ORDINÁRIO.....	366
24.	AÇÃO RESCISÓRIA.....	358	30.2.	DISPOSIÇÕES GERAIS QUANTO AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO E RECURSO ESPECIAL.....	366
24.1.	CONCEITO.....	358	30.3.	RECURSOS EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL REPETITIVOS.....	367
24.2.	OBJETO DA AÇÃO RESCISÓRIA.....	358	30.4.	AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL E EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO.....	367
24.3.	COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO.....	359	31.	RECLAMAÇÃO.....	367
			32.	REPERCUSSÃO GERAL.....	368
			33.	SÚMULA VINCULANTE.....	368
			34.	RECURSOS REPETITIVOS.....	368
			35.	LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA – ESPÉCIES E PROCEDIMENTO.....	368
			35.1.	OS PRONUNCIAMENTOS ILÍQUIDOS QUE RECONHECEM A EXISTÊNCIA DE OBRIGAÇÃO.....	368
			35.2.	LIQUIDAÇÃO PROVISÓRIA E DEFINITIVA.....	369

35.3.	CONCOMITANTES LIQUIDAÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA EM RELAÇÃO AO MESMO TÍTULO.....	369	41.	EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE.....	379
35.4.	APURAÇÃO DO VALOR DEPENDENTE DE CÁLCULOS ARITMÉTICOS.....	369	42.	REMIÇÃO.....	379
35.5.	FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS NA LIQUIDAÇÃO PROPOSTA EM FACE DA FAZENDA PÚBLICA.....	369	43.	SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	379
35.6.	LIQUIDAÇÃO INCIDENTAL E AUTÔNOMA.....	369	44.	PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.....	379
35.7.	INICIATIVA DA LIQUIDAÇÃO.....	370	44.1.	GENERALIDADES, CARACTERÍSTICAS E ESPÉCIES.....	379
35.8.	PROCEDIMENTOS PARA APURAÇÃO DO VALOR.....	370	45.	DA AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO...	379
35.8.1.	LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO.....	370	45.1.	FINALIDADE DO PROCEDIMENTO.....	379
35.8.2.	LIQUIDAÇÃO PELO PROCEDIMENTO COMUM.....	370	45.2.	INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO.....	380
35.9.	NATUREZA DO PRONUNCIAMENTO QUE JULGA DA LIQUIDAÇÃO.....	370	45.3.	CONSIGNAÇÃO EXTRAJUDICIAL.....	380
35.10.	CONDENAÇÃO EM VERBA HONORÁRIA NA LIQUIDAÇÃO.....	370	45.4.	LEGITIMIDADE.....	380
35.11.	INVIABILIDADE DAS SENTENÇAS ILÍQUIDAS NO ÂMBITO DOS JUIZADOS ..	371	45.5.	COMPETÊNCIA TERRITORIAL.....	380
35.12.	LIQUIDAÇÃO IMPRÓPRIA.....	371	45.6.	EFEITOS DA CONSIGNAÇÃO.....	380
36.	CUMPRIMENTO DA SENTENÇA – PROCEDIMENTO E IMPUGNAÇÃO.....	371	45.7.	DEPÓSITO DAS PRESTAÇÕES SUCESSIVAS.....	380
36.1.	TÍTULOS EXECUTIVOS.....	371	45.8.	PETIÇÃO INICIAL: REQUISITOS INTRÍNSECOS.....	380
36.2.	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA ENQUANTO FASE DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.....	371	45.9.	CONSIGNAÇÃO DE COISA INDETERMINADA.....	381
36.3.	COMPETÊNCIA.....	372	45.10.	CONTESTAÇÃO.....	381
36.4.	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHECE O DEVER DE PAGAR QUANTIA CERTA.....	372	45.11.	RECONVENÇÃO EM CONSIGNATÓRIA DE ALUGUERES.....	381
36.5.	CUMPRIMENTO PROVISÓRIO.....	372	45.12.	LITISCONSÓRCIO PASSIVO ALTERNATIVO.....	381
36.6.	PROCEDIMENTO DO CUMPRIMENTO DEFINITIVO DA SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA.....	372	45.13.	CONSIGNATÓRIA DE ALUGUEL E FÉRIAS FORENSES.....	382
36.7.	IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.....	372	46.	AÇÃO MONITÓRIA.....	382
37.	PROCESSO DE EXECUÇÃO. PRINCÍPIOS GERAIS E ESPÉCIES.....	373	46.1.	FINALIDADE.....	382
37.1.	ATOS EXECUTIVOS.....	373	46.2.	PROVA ORAL DOCUMENTADA.....	382
37.2.	MEIOS EXPROPRIATÓRIOS.....	374	46.3.	POLO PASSIVO.....	382
37.3.	SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	377	46.4.	CONSTITUIÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL.....	382
37.4.	EMBARGOS À EXECUÇÃO.....	377	46.5.	EMBARGOS À AÇÃO MONITÓRIA.....	382
38.	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. REGIME DE PRECATÓRIOS. REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR.....	378	47.	DA AÇÃO DE EXIGIR CONTAS.....	382
39.	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR, DE FAZER E DE NÃO FAZER.....	378	47.1.	FIM DA AÇÃO DE PRESTAR CONTAS.....	382
40.	EMBARGOS DE TERCEIROS.....	378	47.2.	PROCEDIMENTO DA AÇÃO DE EXIGIR CONTAS.....	382
			47.3.	CONTAS DO INVENTARIANTE, TUTOR, CURADOR, DEPOSITÁRIO E DE QUALQUER OUTRO ADMINISTRADOR.....	383
			48.	DAS AÇÕES POSSESSÓRIAS.....	383
			48.1.	A FUNGIBILIDADE DAS AÇÕES POSSESSÓRIAS.....	383
			48.2.	ESPÉCIES DE AÇÕES POSSESSÓRIAS....	383
			48.3.	AÇÕES POSSESSÓRIAS E INVASÕES COLETIVAS.....	383
			48.4.	PEDIDOS NA AÇÃO POSSESSÓRIA.....	383
			48.5.	CONTESTAÇÃO.....	384

48.6.	INVIABILIDADE DE AJUIZAMENTO DE AÇÃO PETITÓRIA DURANTE O CURSO DE AÇÃO POSSESSÓRIA.....	384	52.10.	SENTENÇA PROFERIDA NO MANDADO DE SEGURANÇA.....	391
48.7.	PROCEDIMENTO DA AÇÃO POSSESSÓRIA: POSSE NOVA.....	384	52.11.	COISA JULGADA E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.....	391
48.8.	EXIGÊNCIA DE CAUÇÃO.....	384	52.12.	MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO.....	391
48.9.	POSSE COM FORÇA NOVA E OS REQUISITOS DA TUTELA POSSESSÓRIA.....	384	53.	MANDADO DE INJUNÇÃO.....	392
48.10.	CONTRADITÓRIO PRÉVIO E AS LIMINARES CONTRA AS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO.....	384	53.1.	OBSERVAÇÕES PRÉVIAS.....	392
48.11.	CITAÇÃO DO REQUERIDO E PRAZO PARA RESPOSTA.....	384	53.2.	LEGITIMIDADE.....	392
48.12.	POSSE VELHA E LITÍGIO COLETIVO.....	384	53.3.	RECONHECIMENTO DA MORA LEGISLATIVA.....	392
48.13.	OCUPAÇÃO INDEVIDA DE BEM PÚBLICO.....	384	53.4.	EFEITOS DA DECISÃO.....	392
48.14.	EXERCÍCIO DO DIREITO DE RETENÇÃO.....	385	53.5.	MANDADO DE INJUNÇÃO COLETIVO..	392
49.	RESTAURAÇÃO DE AUTOS.....	385	53.6.	APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO PROCEDIMENTO DO MANDADO DE SEGURANÇA.....	392
50.	AÇÃO POPULAR.....	385	54.	HABEAS DATA.....	392
50.1.	DEFINIÇÃO.....	385	54.1.	PREVISÃO CONSTITUCIONAL E REGULAMENTAÇÃO PROCEDIMENTAL.....	392
50.2.	LEGITIMAÇÃO PARA A PROPOSITURA DA AÇÃO POPULAR.....	385	54.2.	LEGITIMIDADE.....	393
50.3.	POLO PASSIVO.....	385	54.3.	CONDIÇÕES ESPECÍFICAS PARA A AÇÃO.....	393
50.4.	DO PROCEDIMENTO DA AÇÃO POPULAR.....	385	54.4.	ASPECTOS PROCEDIMENTAIS.....	393
50.5.	DA SENTENÇA NA AÇÃO POPULAR.....	386	54.5.	COMPETÊNCIA.....	393
50.6.	DA COISA JULGADA.....	386	55.	O PROCESSO CIVIL NOS SISTEMAS DE CONTROLE DA CONSTITUCIONALIDADE. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE. MEDIDA CAUTELAR. DECLARAÇÃO INCIDENTAL DE INCONSTITUCIONALIDADE.....	393
50.7.	REMESSA NECESSÁRIA.....	386	55.1.	OBSERVAÇÕES GERAIS.....	393
51.	AÇÃO CIVIL PÚBLICA.....	386	55.2.	PROCEDIMENTO DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE.....	393
51.1.	DENOMINAÇÃO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA E INTERESSES TUTELADOS PELA LEI DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA.....	386	55.3.	MEDIDA CAUTELAR.....	394
51.2.	DOS ENTES LEGITIMADOS.....	387	55.4.	AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE.....	394
51.3.	COISA JULGADA.....	388	55.5.	AÇÕES CIVIS CONSTITUCIONAIS.....	394
52.	MANDADO DE SEGURANÇA (LEI N. 12.016/2009).....	388	55.6.	ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL.....	394
52.1.	INTRODUÇÃO.....	388	56.	AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	394
52.2.	PRAZO PARA O AJUIZAMENTO.....	388	56.1.	ASPECTOS DE DIREITO MATERIAL.....	394
52.3.	LEGITIMIDADE ATIVA.....	388	56.2.	LEGITIMIDADE.....	396
52.4.	O POLO PASSIVO NO MANDADO DE SEGURANÇA.....	389	56.3.	PROCEDIMENTO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	396
52.5.	A AUTORIDADE APONTADA COMO COATORA.....	389	56.4.	A POSSIBILIDADE DE CELEBRAR TRANSAÇÃO EM AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	396
52.6.	O DIREITO LÍQUIDO E CERTO COMO REQUISITO ESPECÍFICO DE ADMISSIBILIDADE.....	389	56.5.	SEQUESTRO E ARRESTO DE BENS.....	396
52.7.	VEDAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DO MANDADO DE SEGURANÇA.....	390	56.6.	AFASTAMENTO PROVISÓRIO.....	397
52.8.	VEDAÇÃO DA CONCESSÃO DE LIMINAR.....	390	56.7.	INDISPONIBILIDADE DE BENS.....	397
52.9.	COMPETÊNCIA PARA O JULGAMENTO DO MANDADO DE SEGURANÇA.....	390	56.8.	PREVENÇÃO DO JUÍZO.....	397
			56.9.	DA SENTENÇA.....	397
			56.10.	DA PRESCRIÇÃO.....	397

✦ SÚMULAS	398		
NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL E APLICAÇÃO DAS NORMAS PROCESSUAIS	398		
COMPETÊNCIA INTERNA.....	398		
CAPACIDADE PROCESSUAL.....	399		
GRATUIDADE DA JUSTIÇA	399		
ATOS PROCESSUAIS – FORMA, TEMPO, LUGAR E COMUNICAÇÃO.....	399		
FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO.....	399		
RESPOSTA DO RÉU.....	399		
PROVAS.....	399		
SENTENÇA E COISA JULGADA	399		
LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....	400		
PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	400		
AÇÕES POSSESSÓRIAS.....	400		
INVENTÁRIO E PARTILHA	400		
EMBARGOS DE TERCEIROS	400		
AÇÃO MONITÓRIA.....	400		
PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NA LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE	400		
MANDADO DE SEGURANÇA	400		
AÇÕES COLETIVAS.....	401		
AÇÃO POPULAR.....	401		
AÇÕES E OUTROS PROCEDIMENTOS CONSTITUCIONAIS.....	401		
PROCESSO DE EXECUÇÃO	401		
PARTES.....	401		
TÍTULO EXECUTIVO	401		
RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL	401		
PENHORA	401		
EXECUÇÃO DE ALIMENTOS	402		
EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	402		
EXECUÇÃO FISCAL	402		
AÇÃO RESCISÓRIA.....	402		
✦ INFORMATIVOS APLICÁVEIS	403		
STF	403		
1. DO PROCESSO DE CONHECIMENTO.....	403		
1.1. DAS PARTES E DOS PROCURADORES ..	403		
1.2. DOS ÓRGÃOS JUDICIÁRIOS E DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA.....	403		
1.2.1. DA COMPETÊNCIA.....	403		
1.3. DA FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO	403		
1.4. DO PROCESSO NOS TRIBUNAIS.....	403		
1.4.1. DA RECLAMAÇÃO.....	403		
1.5. DOS RECURSOS	403		
1.5.1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	403		
1.5.2. DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	403		
1.5.3. DOS RECURSOS PARA O STF E O STJ.....	404		
2. DO PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	404		
3. OUTROS TEMAS.....	404		
STJ.....	404		
1. DO PROCESSO DE CONHECIMENTO.....	404		
1.1. DAS PARTES E DOS PROCURADORES..	404		
1.1.1. DA CAPACIDADE PROCESSUAL	404		
1.1.2. DOS DEVERES DAS PARTES E DOS SEUS PROCURADORES (HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS).....	404		
1.2. DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	405		
1.3. DOS ÓRGÃOS JUDICIÁRIOS E DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA.....	405		
1.3.1. DA COMPETÊNCIA.....	405		
1.3.2. DO JUIZ, DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA.....	405		
1.4. DO PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	405		
1.4.1. DA REVELIA.....	405		
1.4.2. DA SENTENÇA E DA COISA JULGADA (OUTROS TEMAS)...	405		
1.4.3. DA LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....	405		
1.4.4. DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA.....	405		
1.5. DO PROCESSO NOS TRIBUNAIS.....	405		
1.5.1. DA AÇÃO RESCISÓRIA.....	405		
1.6. DOS RECURSOS	406		
1.6.1. DA APELAÇÃO.....	406		
1.6.2. DO AGRAVO	406		
1.6.3. DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	406		
1.6.4. DOS RECURSOS PARA O STF E O STJ (RECURSO ESPECIAL)	406		
2. DO PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	407		
2.1. DA EXECUÇÃO EM GERAL.....	407		
2.1.1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	407		
2.2. DAS DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO.....	407		
2.2.1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	407		
2.2.2. DA PENHORA, DA AVALIAÇÃO E DA EXPROPRIAÇÃO DE BENS.....	407		
2.3. DOS EMBARGOS DO DEVEDOR.....	408		
3. DO PROCESSO CAUTELAR	408		
3.1. DOS PROCEDIMENTOS CAUTELARES ESPECÍFICOS.....	408		

4. DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.....	408	1.3. Integração.....	438
4.1. DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA.....	408	1.4. FLEXIBILIZAÇÃO.....	439
4.1.1. DA AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	408	2. DIREITOS CONSTITUCIONAIS DOS TRABALHADORES.....	440
4.1.2. DAS AÇÕES POSSESSÓRIAS ...	408	3. SUJEITOS DO CONTRATO DE TRABALHO.....	443
4.1.3. DA AÇÃO DE DIVISÃO E DA DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES.....	408	3.1. EMPREGADO.....	443
4.1.4. DOS EMBARGOS DE TERCEIRO.....	409	3.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social.....	445
4.1.5. DA AÇÃO MONITÓRIA.....	409	3.3. EMPREGADO RURAL (LEI Nº 5.889/73). ..	446
		3.3.1. PECULIARIDADES DOS EMPREGADOS RURAIS.....	446
		3.3.2. CONTRATO TEMPORÁRIO RURAL (ART. 14-A DA LEI Nº 5.889/73).....	446
DIREITO DO TRABALHO.....	411	3.4. TRABALHO DOMÉSTICO.....	447
<i>Henrique Correia</i>		3.5. CONTRATOS DE TRABALHO ESPECIAIS.....	453
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	411	3.5.1. BANCÁRIO.....	453
✦ QUESTÕES.....	413	3.5.2. BOMBEIRO CIVIL.....	454
1. PRINCÍPIOS.....	413	3.5.3. MOTORISTA PROFISSIONAL... ..	454
2. EMPREGADO.....	414	3.5.4. ATLETA PROFISSIONAL.....	456
3. CTPS – CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	416	3.5.5. ARTISTA.....	456
4. EMPREGADOR.....	417	3.5.6. JORNALISTA.....	456
4.1. GRUPO ECONÔMICO.....	417	3.5.7. PROFESSOR.....	457
5. CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO.....	418	3.5.8. AERONAUTA.....	458
5.1. ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO.....	419	3.5.9. AEROVIÁRIO.....	458
5.2. SUSPENSÃO E INTERRUPTÃO.....	421	3.5.10. SERVIÇOS EM FRIGORÍFICOS.. ..	459
5.3. INTERVALOS.....	422	3.5.11. TRABALHO EM MINAS DE SUBSOLO.....	459
5.4. FÉRIAS.....	423	3.5.12. ÁRBITROS.....	459
6. SALÁRIO-UTILIDADE OU SALÁRIO IN NATURA ...	424	3.5.13. TRABALHO AQUAVIÁRIO.....	459
7. FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO.....	425	4. EMPREGADOR.....	459
8. ACIDENTE DE TRABALHO.....	426	4.1. GRUPO ECONÔMICO.....	460
9. ESTABILIDADES E GARANTIAS PROVISÓRIAS DE EMPREGO.....	426	4.1.1. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA E SUBSIDIÁRIA.....	461
10. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....	428	4.2. SUCESSÃO DE EMPREGADORES.....	461
11. DISPENSA POR JUSTA CAUSA.....	430	4.3. PODERES DO EMPREGADOR.....	462
12. TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO POR FATO DO PRÍNCIPE.....	431	5. RELAÇÕES DE TRABALHO LATO SENSU.....	464
13. DIREITO COLETIVO DO TRABALHO.....	432	6. TRABALHO DO MENOR.....	465
13.1. ORGANIZAÇÃO SINDICAL BRASILEIRA.....	432	6.1. SALÁRIO DO MENOR.....	466
13.2. NEGOCIAÇÃO COLETIVA.....	432	6.2. DAS FÉRIAS DO EMPREGADO ADOLESCENTE.....	466
13.3. GREVE.....	433	6.3. APRENDIZ.....	467
✦ DICAS.....	435	6.4. DOS DIREITOS DE PROFISSIONALIZAÇÃO E À PROTEÇÃO DO TRABALHO. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (LEI Nº 8.069/90 E ALTERAÇÕES).....	468
1. DOS PRINCÍPIOS E FONTES DO DIREITO DO TRABALHO.....	435	7. PROTEÇÃO DO TRABALHO DA MULHER.....	469
1.1. PRINCÍPIOS DO DIREITO DO TRABALHO.....	435	7.1. LICENÇA-MATERNIDADE.....	470
1.2. FONTES.....	437	7.2. ESTABILIDADE DA GESTANTE.....	471

7.3.	MEIO AMBIENTE DE TRABALHO.....	471	11.6.	ADICIONAIS SALARIAIS.....	509
8.	TERCEIRIZAÇÃO.....	473	11.6.1.	ADICIONAL DE HORA EXTRA- ORDINÁRIO.....	509
8.1.	DONO DA OBRA.....	479	11.6.2.	ADICIONAL NOTURNO.....	509
8.2.	TRABALHO TEMPORÁRIO.....	479	11.6.3.	ADICIONAL DE TRANSFERÊN- CIA.....	509
9.	CONTRATO DE TRABALHO E RELAÇÃO DE TRABALHO.....	482	11.6.4.	ADICIONAL DE PERICULOSI- DADE.....	510
9.1.	RELAÇÃO DE TRABALHO X RELAÇÃO DE EMPREGO:.....	482	11.6.5.	ADICIONAL DE INSALUBRI- DADE.....	511
9.2.	CONTRATO DE TRABALHO.....	482	11.7.	PARCELAS SEM NATUREZA SALARIAL (INDENIZATÓRIAS).....	512
9.3.	CARACTERÍSTICAS DO CONTRATO DE TRABALHO.....	482	11.7.1.	PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS – PLR.....	513
9.4.	CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS DE TRABALHO.....	483	11.7.2.	AJUDA DE CUSTO.....	513
9.5.	CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE TRA- BALHO INTERMITENTE.....	484	11.7.3.	DIÁRIAS PARA VIAGEM.....	513
9.6.	ALTERAÇÃO DO CONTRATO INDIVI- DUAL DE TRABALHO:.....	485	11.7.4.	VALE-TRANSPORTE.....	513
9.7.	SUSPENSÃO E INTERRUPTÃO DO CONTRATO DE TRABALHO.....	488	11.7.5.	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO.....	513
9.8.	TRANSFERÊNCIA DE LOCAL DE TRA- BALHO.....	489	11.7.6.	PRÊMIOS.....	514
9.9.	EFEITOS DO CONTRATO DE TRABA- LHO:.....	489	11.7.7.	ABONOS.....	514
9.9.1	DANO MATERIAL E MORAL.....	490	11.7.8.	SALÁRIO-FAMÍLIA.....	514
10.	DURAÇÃO DO TRABALHO E JORNADA DE TRABALHO.....	491	11.7.9.	SALÁRIO-EDUCAÇÃO:.....	514
10.1.	HORAS IN ITINERE.....	495	11.7.10.	PIS/PASEP.....	514
10.2.	TRABALHO NOTURNO.....	496	11.8.	SALÁRIO-UTILIDADE OU SALÁRIO IN NATURA.....	515
10.3.	TRABALHO EXTRAORDINÁRIO.....	496	11.9.	FORMAS E MEIOS DE PAGAMENTO DO SALÁRIO.....	516
10.4.	COMPENSAÇÃO.....	497	11.10.	EQUIPARAÇÃO SALARIAL.....	516
10.5.	PERÍODOS DE DESCANSO.....	499	11.11.	DESVIO E ACÚMULO DE FUNÇÃO.....	519
10.5.1.	INTERVALOS.....	499	12.	AVISO-PRÉVIO.....	520
10.5.2.	DESCANSO SEMANAL REMU- NERADO (DSR).....	501	13.	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO – FGTS.....	521
10.5.3.	FÉRIAS.....	502	13.1.	HIPÓTESES DE SAQUE DOS DEPÓSI- TOS.....	521
10.5.3.1.	DIREITOS ÀS FÉRIAS E SUA DURAÇÃO.....	502	14.	ESTABILIDADE.....	522
10.5.3.2.	CONCESSÃO E ÉPOCA DAS FÉRIAS..	503	14.1.	DIRIGENTE SINDICAL.....	522
10.5.3.3.	REMUNERAÇÃO DAS FÉRIAS.....	503	14.2.	EMPREGADO REPRESENTANTE DA CIPA.....	523
10.5.3.4.	ABONO PECUNIÁ- RIO DE FÉRIAS.....	503	14.3.	EMPREGADO ACIDENTADO.....	523
10.5.3.5.	FÉRIAS COLETIVAS ...	504	14.4.	EMPREGADO PÚBLICO.....	524
11.	SALÁRIO E REMUNERAÇÃO.....	504	14.5.	ESTABILIDADE GESTANTE.....	524
11.1.	SALÁRIO MÍNIMO.....	505	14.6.	ESTABILIDADE DO REPRESENTANTE DOS EMPREGADOS (REFORMA TRA- BALHISTA).....	524
11.2.	MODALIDADES DE SALÁRIO.....	506	14.7.	DESPEDIDA E REINTEGRAÇÃO DO EMPREGADO ESTÁVEL.....	524
11.3.	PARCELAS SALARIAIS (COMPOSIÇÃO DO SALÁRIO).....	507	15.	TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO.....	525
11.4.	GRATIFICAÇÕES.....	508	15.1.	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA OU ARBITRÁRIA.....	526
11.5.	DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO.....	508	15.2.	MOTIVAÇÃO DA DISPENSA E CONVEN- ÇÃO Nº 158 DA OIT.....	526

15.3.	PEDIDO DE DEMISSÃO	526	20.	DA REPRESENTAÇÃO DOS EMPREGADOS (REFORMA TRABALHISTA).....	548
15.4.	DISTRATO (REFORMA TRABALHISTA) ..	526	21.	RENÚNCIA E TRANSAÇÃO	549
15.5.	JUSTA CAUSA: DISPENSA POR JUSTA CAUSA, RESCISÃO INDIRETA E CULPA RECÍPROCA	527	✦	SÚMULAS APLICÁVEIS	551
15.6.	DEMAIS HIPÓTESES DE TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO	529	1.	REGULAMENTO DE EMPRESA (NORMA REGU- LAMENTAR).....	551
15.6.1.	TÉRMINO DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO ..	529	1.1.	COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTA- DORIA	551
15.6.2.	FORÇA MAIOR.....	530	2.	PROGRAMA DE INCENTIVO À DEMISSÃO VOLUNTÁRIA	552
15.6.3.	MORTE DO EMPREGADOR.....	530	3.	EMPREGADO	552
15.6.4.	MORTE DO EMPREGADOR PESSOA FÍSICA (EXTINÇÃO DO ESTABELECIMENTO).....	530	3.1.	DIRETOR ELEITO	552
15.6.5.	MORTE DO EMPRESÁRIO INDIVIDUAL.....	530	3.2.	BANCÁRIO.....	552
15.6.6.	APOSENTADORIA	531	4.	EMPREGADO RURAL.....	554
15.6.7.	FATO DO PRÍNCIPE OU FAC- TUM PRINCIPIS (PARAL- ISAÇÃO TEMPORÁRIA OU DEFINITIVA DO TRABALHO)...	531	4.1.	ENQUADRAMENTO COMO TRABA- LHADOR RURAL.....	554
15.7.	DISPENSA COLETIVA	531	4.2.	PRESCRIÇÃO DO TRABALHADOR RURAL.....	554
15.8.	HOMOLOGAÇÃO DAS VERBAS TRABA- LHISTAS E OBRIGAÇÕES DECORREN- TES DA EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	531	4.3.	SALÁRIO-FAMÍLIA RURÍCOLA.....	554
16.	PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA	534	4.4.	EMPREGADO DOMÉSTICO.....	554
17.	SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO (MEIO AMBIENTE DE TRABALHO).....	536	5.	EMPREGADOR	554
17.1.	DEVERES DO EMPREGADOR	536	6.	TERCEIRIZAÇÃO.....	555
17.2.	DEVERES DO EMPREGADO	537	7.	CONTRATO DE TRABALHO.....	556
17.3.	MINISTÉRIO DO TRABALHO E NOR- MAS REGULAMENTADORAS SOBRE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO	537	7.1.	IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE EMPREGADO. CARTEIRA DE TRABA- LHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL – CTPS....	556
17.4.	INTERDIÇÃO OU EMBARGO E INSPE- ÇÃO PRÉVIA.....	537	7.2.	CONTRATO DE EXPERIÊNCIA E CON- TRATO POR PRAZO DETERMINADO	556
17.5.	ACIDENTE DE TRABALHO.....	537	7.3.	DA NULIDADE DO CONTRATO DE TRA- BALHO	556
17.6.	CIPA – COMISSÃO INTERNA DE PRE- VENÇÃO DE ACIDENTES	539	7.4.	ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRA- BALHO	557
17.7.	DA COMPETÊNCIA PARA APRECIAR E JULGAR QUESTÕES LIGADAS AO AMBIENTE DE TRABALHO.....	540	7.5.	SUSPENSÃO E INTERRUÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	558
18.	DIREITO COLETIVO.....	540	8.	DURAÇÃO DO TRABALHO.....	558
18.1.	LIBERDADE SINDICAL (CONVENÇÃO Nº 87 DA OIT).....	540	8.1.	DURAÇÃO DO TRABALHO	558
18.2.	ORGANIZAÇÃO SINDICAL BRASILEIRA	541	8.1.1.	SOBREAVISO	558
18.3.	NEGOCIAÇÃO COLETIVA (ACORDOS E CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABA- LHO).....	543	8.2.	FISCALIZAÇÃO DA JORNADA	558
18.4.	GREVE	546	8.3.	HORAS IN ITINERE	559
18.4.1.	GREVE EM SERVIÇOS ESSEN- CIAIS	546	8.4.	MOTORISTA, GERENTE E FERROVIÁRIO SUBMETIDOS AO ART. 62 DA CLT.....	559
19.	COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA.....	547	8.5.	TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZA- MENTO.....	559
			8.6.	TRABALHO NOTURNO.....	560
			8.7.	COMPENSAÇÃO DE JORNADA.....	560
			8.8.	JORNADA DO TELEFONISTA, JORNA- LISTA E ADVOGADO.....	561
			9.	INTERVALOS	561
			10.	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO E FERIA- DOS (LEI Nº 605/1949)	562
			10.1.	FÉRIAS.....	563

11. REMUNERAÇÃO.....	564	12.6. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL.....	572
11.1. SALÁRIO E REMUNERAÇÃO.....	564	12.7. CAUSA DE PEDIR.....	572
11.2. AUMENTO SALARIAL CONCEDIDO PELA EMPRESA E SALÁRIO UTILIDADE	564	13. PARCELAS INDENIZATÓRIAS.....	572
11.3. COMISSÕES.....	565	13.1. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS.....	572
11.4. GRATIFICAÇÕES.....	565	13.2. DIÁRIAS.....	572
11.5. ADICIONAL DE RISCO DO PORTUÁRIO	566	13.3. VALE-TRANSPORTE.....	572
11.6. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO E ADICIONAL REGIONAL.....	566	13.4. SALÁRIO-FAMÍLIA.....	572
11.7. ABONO PREVISTO EM NORMA COLETIVA.....	566	13.5. SEGURO-DESEMPREGO.....	573
11.8. GRATIFICAÇÃO NATALINA OU DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO.....	566	13.6. AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO.....	573
11.9. ADICIONAIS.....	567	14. EQUIPARAÇÃO SALARIAL.....	573
11.9.1. ADICIONAL DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS.....	567	15. DESCONTOS SALARIAIS.....	574
11.9.2. ADICIONAL NOTURNO.....	568	15.1. MULTA PREVISTA NOS ARTIGOS 467 E 477.....	575
11.9.3. ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA.....	568	15.2. RESCISÃO DO CONTRATO. PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS.....	575
11.10. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE.....	568	16. REAJUSTES SALARIAIS E PLANOS ECONÔMICOS.....	575
11.10.1. INTEGRAÇÃO DO ADICIONAL DE PERICULOSIDADE.....	569	17. INDENIZAÇÃO PELA POSSE DE MÁ-FÉ.....	575
11.10.2. CLASSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES PERIGOSAS.....	569	18. ESTABILIDADE PROVISÓRIA.....	575
11.10.2.1. ELETRICITÁRIOS.....	569	18.1. DIRIGENTE SINDICAL.....	575
11.10.2.2. PORTUÁRIOS.....	569	18.2. ESTABILIDADE PROVISÓRIA DO CONSELHEIRO FISCAL.....	576
11.10.2.3. BOMBA DE GASOLINA.....	569	18.3. ESTABILIDADE PROVISÓRIA DO DELEGADO SINDICAL.....	576
11.10.2.4. SISTEMA ELÉTRICO DE POTÊNCIA.....	570	18.4. GESTANTE.....	576
11.10.2.5. RADIAÇÃO IONIZANTE OU SUBSTÂNCIA RADIOATIVA.....	570	18.5. EMPREGADO REPRESENTANTE DA CIPA.....	576
11.10.2.6. ARMAZENAMENTO DE LÍQUIDO INFLAMÁVEL NO PRÉDIO. CONSTRUÇÃO VERTICAL.....	570	18.6. ESTABILIDADE DECORRENTE DE ACIDENTE DO TRABALHO.....	576
11.10.3. PERÍCIA.....	570	18.7. DIRETORES DE COOPERATIVAS.....	577
12. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE.....	570	18.8. SERVIDOR PÚBLICO CELETISTA. EMPREGADO DE EMPRESA PÚBLICA E SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA.....	577
12.1. INTEGRAÇÃO.....	570	18.8.1. SERVIDOR PÚBLICO DE FUNDAÇÃO REGIDO PELA CLT.....	577
12.2. BASE DE CÁLCULO.....	571	18.9. ESTABILIDADE PREVISTA EM REGULAMENTO INTERNO.....	577
12.3. PERÍCIA.....	571	19. FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS.....	577
12.4. CLASSIFICAÇÃO DA ATIVIDADE INSALUBRE. RELAÇÃO OFICIAL ELABORADA PELO MTE.....	571	19.1. INCIDÊNCIA DO FGTS.....	577
12.4.1. LIXO URBANO.....	571	19.1.1. NÃO INCIDÊNCIA DO FGTS.....	578
12.4.2. RAIOS SOLARES.....	571	19.1.2. ÍNDICE DE CORREÇÃO.....	578
12.4.3. ÓLEOS MINERAIS.....	571	19.2. MULTA DE 40% DO FGTS.....	578
12.4.4. DIREITO ADQUIRIDO.....	572	19.3. CONTRATO NULO.....	578
12.5. FORNECIMENTO DE APARELHO DE PROTEÇÃO.....	572	19.4. PRESCRIÇÃO.....	578
		19.5. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS.....	578
		20. AVISO-PRÉVIO.....	579
		21. TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO.....	580
		22. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....	581
		22.1. PRESCRIÇÃO.....	581

• II – ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO.....	614	✦ DICAS (RESUMO).....	671
• III – MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO.....	617	• PARTE I – SEGURIDADE SOCIAL.....	671
• IV – JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO:.....	619	1. ORIGEM E EVOLUÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL.....	671
• V – PETIÇÃO INICIAL:.....	623	2. CONCEITO E DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS...	673
• VI – RESPOSTAS DO RÉU.....	624	2.1. SAÚDE.....	673
• VII – DAS AUDIÊNCIAS TRABALHISTAS.....	626	2.2. ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	674
• VII – DAS PROVAS.....	626	2.3. PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	675
• IX – SENTENÇA E COISA JULGADA.....	629	3. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA SEGURIDADE SOCIAL.....	675
• X – RECURSOS TRABALHISTAS:.....	631	• PARTE II – OS REGIMES DE PREVIDÊNCIA SOCIAL EXISTENTES.....	677
• XI – LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA:.....	635	• PARTE III – REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS).....	678
• XII – EXECUÇÃO TRABALHISTA.....	635	1. DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	678
• XII – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS:.....	638	1.1. DOS SEGURADOS.....	678
• XIII – PRINCIPAIS PRAZOS PROCESSUAIS:.....	650	1.2. DOS DEPENDENTES.....	682
✦ SÚMULAS.....	650	1.3. FILIAÇÃO E INSCRIÇÃO.....	684
1. COMPETÊNCIA:.....	650	2. DAS ESPÉCIES DE PRESTAÇÕES.....	685
2. PROCESSO E PROCEDIMENTO TRABALHISTA.....	651	2.1. CARÊNCIA MÍNIMA DE CONTRIBUIÇÕES À PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	685
3. PARTES, REPRESENTAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL E FAZENDA PÚBLICA.....	651	2.2. SALÁRIO DE BENEFÍCIO.....	686
4. ADVOGADO, PROCURAÇÃO, DESPESAS PROCESSUAIS, JUSTIÇA GRATUITA E JUS POSTULANDI.....	652	2.3. RENDA MENSAL INICIAL.....	687
5. ATOS PROCESSUAIS, PRAZOS E NULIDADES.....	654	2.4. REAJUSTAMENTO E REVISÃO DOS BENEFÍCIOS.....	687
6. AUDIÊNCIA.....	655	3. DOS BENEFÍCIOS.....	688
7. PETIÇÃO INICIAL.....	655	3.1. DO AUXÍLIO-DOENÇA.....	688
8. DEFESAS.....	655	3.2. DO AUXÍLIO-ACIDENTE.....	690
9. PROVAS, SENTENÇA E COISA JULGADA.....	655	3.3. DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ.....	691
10. RECURSOS.....	656	3.4. DA APOSENTADORIA POR IDADE.....	693
11. EXECUÇÃO.....	657	3.5. DA APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO.....	694
12. DISSÍDIO COLETIVO.....	657	3.6. DA APOSENTADORIA ESPECIAL.....	696
✦ INFORMATIVOS RECENTES DO TST.	658	3.7. DO SALÁRIO-FAMÍLIA.....	697
✦ REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	661	3.8. DO SALÁRIO-MATERNIDADE.....	698
DIREITO PREVIDENCIÁRIO.....	663	3.9. DA PENSÃO POR MORTE.....	700
<i>Adriana Menezes</i>		3.10. DO AUXÍLIO-RECLUSÃO.....	701
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	663	3.11. ACUMULAÇÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS – RGPS.....	702
✦ QUESTÕES.....	665	3.12. ABONO ANUAL OU GRATIFICAÇÃO NATALINA.....	703
1. DOS BENEFICIÁRIOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RGPS – SEGURADOS E DEPENDENTES.....	665	3.13. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....	703
2. DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS EM ESPÉCIE.....	666	3.14. ACIDENTE DO TRABALHO.....	703
3. PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS.....	668	• PARTE IV – DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	705
		1. CONCEITO.....	705
		2. OBJETIVOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	705
		3. DIRETRIZES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	705
		4. TIPOS DE PROTEÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL...	706
		5. HABILITAÇÃO E REABILITAÇÃO PROFISSIONAL..	706
		6. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA.....	706

6.1.	BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA AO IDOSO E À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	706	3.3.	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	726
•	PARTE V – CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL.....	708	3.4.	APOSENTADORIA POR IDADE	727
1.	DO FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL..	708	3.5.	APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	727
2.	DO SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO	709	3.6.	APOSENTADORIA ESPECIAL.....	727
3.	DA CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS	712	3.7.	SALÁRIO-FAMÍLIA	728
3.1.	DA CONTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS, DOMÉSTICOS E TRABALHADORES AVULSOS.....	712	3.8.	SALÁRIO-MATERNIDADE.....	728
3.2.	DA CONTRIBUIÇÃO DO SEGURADO CONTRIBUINTE INDIVIDUAL.....	712	3.9.	PENSÃO POR MORTE.....	728
3.3.	CONTRIBUIÇÃO DO SEGURADO FACULTATIVO.....	713	3.10.	OUTRAS SÚMULAS ACERCA DE BENEFÍCIOS.....	729
3.4.	CONTRIBUIÇÃO DO SEGURADO ESPECIAL.....	713	3.11.	SEGURO-DESEMPREGO	730
4.	DA CONTRIBUIÇÃO DO EMPREGADOR DOMÉSTICO, DAS EMPRESAS, DAS ENTIDADES EQUIPARADAS ÀS EMPRESAS E DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)	714	4.	DO FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL..	730
•	PARTE VI – PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO.....	715	4.1.	DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS.....	730
•	PARTE VII – PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.....	717	4.2.	DO SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO	730
•	PARTE VIII – REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – LEI Nº 12.618/2012	719	4.3.	DA CONTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS....	731
•	PARTE IX – IMPACTO DA REFORMA TRABALHISTA NA PREVIDÊNCIA SOCIAL	722	4.4.	DA DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES DA SEGURIDADE SOCIAL.....	733
1.	QUANTO AOS SEGURADOS:.....	722	5.	BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – BPC.....	733
2.	QUANTO AO ACIDENTE DO TRABALHO:.....	722	6.	PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO.....	733
3.	EMPREGADA GESTANTE OU LACTANTE:	723	7.	PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	734
4.	QUANTO AO CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL:.....	723	✦	INFORMATIVOS APLICÁVEIS	734
✦	SÚMULAS APLICÁVEIS	724	STF.....		734
1.	SEGURADOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	724	1.	FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL.....	734
1.1.	EMPREGADOS	724	1.1.	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS GERAIS.....	734
1.2.	SEGURADOS ESPECIAIS.....	724	1.2.	PIS/PASEP/COFINS/FINSOCIAL.....	734
1.3.	SEGURADOS CONTRIBUINTES INDIVIDUAIS.....	724	2.	PRESTAÇÕES EM GERAL (LEI 8.213/91)	734
2.	DEPENDENTES DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	725	2.1.	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	734
3.	OS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	725	2.2.	PENSÃO POR MORTE.....	734
3.1.	AUXÍLIO-DOENÇA	725	3.	OUTROS TEMAS.....	734
3.2.	AUXÍLIO-ACIDENTE.....	726	STJ.....		735
			1.	AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	735
			2.	FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL.....	735
			2.1.	PIS/COFINS.....	735
			3.	PRESTAÇÕES EM GERAL (LEI 8.213/91)	736
			3.1.	APOSENTADORIA POR IDADE	736
			3.2.	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	736
			3.3.	PENSÃO POR MORTE.....	736
			4.	PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (LC 109/01).....	736